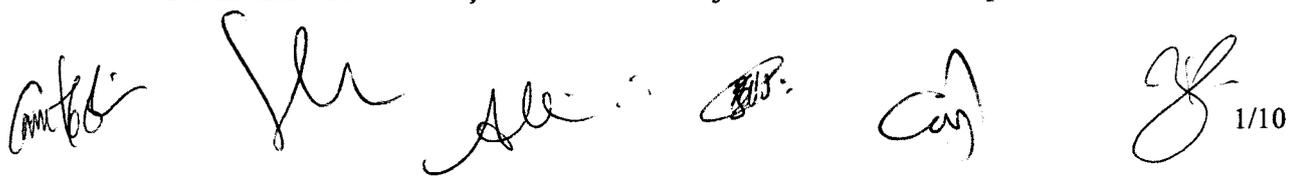


ATA
09

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53

ATA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – COEMA/TO Às 14 horas e 30 minutos do dia dez de novembro de dois mil e dez, no Auditório da Secretaria do Planejamento – SEPLAN foi realizada 26ª Reunião Ordinária do COEMA, presidida por **Clemente Barros Neto** e pelo Secretário-Executivo, **Belizário Franco Neto**, contando com a participação dos Conselheiros: Iapurê Olsen, representante da Secretaria da Indústria e Comércio; **Lúcia Leiko Tacaoca Muraishi Garcia**, representante da Secretaria da Infraestrutura; **Sérgio Luís de Oliveira e Silva**, representante da Secretaria de Saúde; **Roberto Jorge Sahium e Corombert Leão de Oliveira**, representantes da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; **Maria Teresa Barbosa Soares**, representante da Secretaria de Educação e Cultura; **Bruno Machado Carneiro**, representante do Ministério Público Estadual, **Ana Flávia Ferreira Cavalcante**, representante da Procuradoria-Geral do Estado; **Jair da Costa Oliveira filho**, representante da Comunidade Científica; **Angélica Beatriz Corrêa Gonçalves e Marcos Vinício Batista**, representantes das ONGs do Estado do Tocantins; **Rildo Virajone Aquino Parrião**, representante da Polícia Militar do Estado do Tocantins; **Diogo Pedreira Lima**, representante da Companhia de Saneamento do Tocantins – Saneatins e **Cassius Ferreira Gariglio**, representante do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado do Tocantins – CREA; **João Paulo Ribeiro Filho**, representante da Associação Tocantinense de Municípios – ATM; **Raimunda Nonata Nunes Rodrigues**, representante da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Tocantins – FETAET; **Nilva Aparecida Pacheco Bezerra**, representante da Federação do Comércio do Estado do Tocantins- FECOMERCIO.A abertura da reunião foi realizada pelo Presidente do Conselho, Clemente Barros Neto, que agradeceu a presença dos presentes e convidou Roberto Sahium, Secretário da Agricultura para compor a mesa e passou a palavra para o Secretário-Executivo Belizário Franco Neto, o qual leu a pauta da reunião: 1. Abertura; 2. Ordem do dia: (i) Aprovação da Ata da 25ª Reunião Ordinária; (ii) Aprovação de calendário de reuniões ordinárias para o ano de 2011; (iii) Apresentação sobre a situação do Fundo Estadual de Meio Ambiente – FUEMA/TO; (iv) Proposta de Moção nº 01 (revisão de vinculação do NATURATINS); (v) Proposta de Moção nº 02 (regularização fundiária e redimensionamento dos Parques Estaduais do Cantão e Jalapão); (vi) Proposta de Moção nº 03 (transformação da CIPAMA em Batalhão); (vii) Apresentação do Relatório Técnico da Câmara Técnica de Unidades de Conservação (áreas prioritárias para criação de UCs). 3. Palavra livre; 4. Encerramento. Em seguida pergunta ao plenário se há alguma proposta para alteração da ordem do dia. Como ninguém se manifestou, fica mantida a ordem dos trabalhos. É passada a palavra ao Presidente do Conselho, Clemente Barros Neto, que leu a segunda proposta da reunião que é a aprovação do calendário das reuniões ordinárias para dois mil e onze e pediu para os conselheiros se manifestarem caso fossem contra a proposta. Não havendo manifestação foi aprovado o calendário. E passou-se para o terceiro ponto da pauta: apresentação da situação do Fundo Estadual do Meio Ambiente, logo em seguida o Presidente passou a palavra ao Secretário-Executivo, Belizário Franco que convidou o gerente do Fundo Ézio do Naturatins para fazer apresentação da situação do Fundo hoje no estado do Tocantins. Antes de passar a palavra o Secretário Executivo do COEMA ressaltou que o Conselho é o órgão fiscalizador e aprovador da aplicação deste recurso. Ézio iniciou sua apresentação cumprimentando os presentes e falando que o Fundo Estadual do Meio Ambiente é destinado exclusivamente à execução da Política Ambiental e foi criado em 1991. Antes da criação do FUEMA (Fundo Estadual do Meio Ambiente) havia o FUNATINS (Fundo Único do Meio Ambiente), porém o mesmo não era regulamentado e todos os valores arrecadados eram depositados em uma conta que pertencia a UG Naturatins. Com a criação do FUEMA hoje existe duas UG's que são: UG Naturatins e

RATOS



54 UG Fundo Estadual do Meio Ambiente que esta controlando todos esses recursos. Antes
55 de criar o Fundo, o Naturatins tinha recursos provenientes de dotação orçamentárias,
56 convênios, rendas de aplicações financeiras e recursos provenientes do Fundo. Ézio
57 ressaltou que a UG do FUEMA não trabalha apenas com os recursos do fundo, tem
58 outros recursos proveniente de convênios. Ézio leu o art. 2º da lei 2095/2009 que dispõe
59 sobre as fontes de recursos do FUEMA. O Naturatins é quem acompanha a
60 movimentação e aplicação destes recursos e a celebração de convênios. Ézio apresentou
61 os valores arrecadados no período de primeiro janeiro até a data presente e informou
62 que o valor é de quatro milhões e seiscentos e quarenta e seis mil reais. Deste valor
63 saíram do fundo um milhão setecentos e setenta e três reais. No extrato mostrado por
64 Ézio há hoje no fundo dois milhões oitocentos e sessenta e sete mil e diz que gostaria de
65 fazer uma sugestão para que se faça gestão entre Secretaria da Fazenda e Secretaria do
66 Planejamento para que todos os recursos que foram pegos voltem pra a conta da UG do
67 FUEMA. Ézio finalizou sua fala dizendo que está a disposição para maiores
68 esclarecimentos. O Secretário Executivo Belizário leu o art. 8º da lei 2.095 de
69 9/07/2009, que criou o FUEMA e disse que será preciso fazer uma reunião
70 extraordinária para deliberar sobre como estes recursos serão aplicados no próximo
71 exercício. A representante das ONG Angélica Beatriz Corrêa Gonçalves perguntou ao
72 Ézio se o Naturatins tem um plano onde são priorizadas ações para aplicação e para
73 quais unidades de conservação foi direcionado. Ézio informou que o Naturatins trabalha
74 com duas UG, e a UG Naturatins é para a área administrativa: folha de pagamento,
75 transporte, informática e na UG FUEMA envolve todas as ações da área ambiental. O
76 Secretário Executivo informou que fazendo cumprir o art.8º da lei que criou o FUEMA
77 quem vai decidir como será e onde será aplicado este recurso é o COEMA. Tenente
78 Coronel Rildo Virajone Aquino Parrião, representante da Polícia Militar do Estado do
79 Tocantins disse que é importante observar a deliberação da aplicação do Fundo porque a
80 CIPAMA é um órgão que tem atuação constante na área ambiental e tem um convênio
81 com o Naturatins onde são repassados três mil reais mensais e que devido ao montante
82 apresentado poderia a CIPAMA ser contemplada com mais recursos. O presidente do
83 COEMA reafirmou a importância desta deliberação que trata o art. 8º da lei 2095/2009,
84 pois que estas ações sejam direcionadas pelo COEMA. O representante do CREA-TO
85 Rosiran, perguntou como será feito esta gestão junto ao SIAFEM? O Secretário do
86 COEMA disse que a proposta da mesa é convocar uma reunião extraordinária do
87 Conselho e que será solicitada ao Naturatins preparação de um plano de aplicação de
88 maneira que se possa discutir e aprovar este encaminhamento e depois de aprovado
89 poderia informar também aos órgãos a forma e o montante de recursos que devem ser
90 aplicados no próximo exercício. Lúcia Leiko representante da Secretaria da
91 Infraestrutura sugeriu que se fosse discutido o assunto da aplicação destes recursos por
92 Câmara Técnica Específica ou Comissão, pois se trata de um assunto bastante detalhado
93 que não pode ser discutido dentro do Conselho. O Secretário Executivo do COEMA
94 disse que nada impede esta criação, mas segundo o art. 3º desta mesma lei já define em
95 que deve ser aplicado. O que deve ser feito de imediato é solicitar ao Naturatins a
96 elaboração de um plano de aplicação baseado na lei e depois trazer para o plenário para
97 discussão, aprovação e execução. Cassius representante do CREA/TO ratificou as falas
98 do Rosiran e do Ézio e disse que se faz necessário o COEMA fazer a gestão junto com
99 estas duas instituições responsáveis pelo gerenciamento do fundo. Belizário disse que
100 realmente o Conselho é um órgão colegiado e que pode fazer uma gestão junto a estas
101 duas instituições de planejamento e fazendária, principalmente na parte financeira, pois
102 o orçamento é aprovado no final do ano para o próximo exercício e que o principal
103 objetivo seria a parte financeira, pois é onde se tem mais problema. Ézio disse que o
104 problema está nos dois (planejamento e fazendário), pois temos um orçamento e na hora
105 da execução limita o financeiro, se o Estado não liberar o orçamento a Fazenda não
106
107

Rildo Borjas

108 pode liberar os recursos que já estão em sua posse e isso atrapalha e onera a execução
109 deste fundo. Belizário diz que na condição de conselheiro gostaria que o Naturatins se
110 preocupasse com uma estrutura mínima, pois sem essa estrutura de gestão, este fundo
111 não vai conseguir andar, é preciso um número mínimo de técnicos a disposição
112 integralmente, pois tem que se preparar edital, aprovar uma série de projetos e que na
113 reunião extraordinária deveria ser proposta a criação desta estrutura mínima de gestão.
114 Antenor Fonseca disse que é muito interessante discutir este tema, pois é preciso
115 fiscalizar, controlar, acompanhar e por em prática, pois o que se tem visto é somente
116 teoria. Tenente Coronel Virajone (CIPAMA) leu o art. 7º da lei 2.095/09 e disse que é
117 competência do Naturatins fazer a elaboração do plano e sugeriu que os órgãos
118 envolvidos fossem convidados para participar da elaboração do plano para ver quais são
119 as necessidades e demandas de cada órgão. Cassius (CREA) disse que é primordial a
120 criação de uma comissão interna dentro do Naturatins que possa estar voltada só para
121 trabalhar com esse tema e que o COEMA dentro da amplitude de sua atuação poderia
122 dar apoio ao Naturatins. Lucia Leiko (SEINF) leu o art.8 e perguntou até que ponto será
123 exercido o papel do COEMA na gestão deste fundo? E que as diretrizes devem ser
124 dadas pelo Conselho. O presidente do COEMA disse que o conselho está muito tímido,
125 uma vez que a lei delega a responsabilidade de definir prioridades e diretrizes na
126 elaboração e aplicação deste fundo é preciso exercer a função que a lei determina.
127 Bruno (MPE) disse que as instituições poderiam enviar uma proposta de
128 complementação ou quais as ações que elas necessitam para que o Naturatins contemple
129 ou se já estão contempladas neste plano para aplicação para o próximo ano. Tenente
130 Coronel Virajones (CIPAMA) disse que a preocupação maior que o CIPAMA tem é
131 com a Educação Ambiental e que infelizmente a policia ambiental não tem
132 desenvolvido atividades de Educação Ambiental devido à política de governo e que por
133 isso tem ficado mais com a fiscalização e a falta de recursos é outro fator que contribui
134 para isso, para a PM a condição ambiental fica em último plano, existe um núcleo, mas
135 não existe uma cartilha para elaborar planos de Educação Ambiental. Ézio disse que os
136 recursos da fonte duzentos e quarenta contemplam quatorze ações do Naturatins e que
137 esses recursos quase não dão conta de suprir as necessidades do órgão e que é uma
138 preocupação do Naturatins estar melhorando a capitação de recursos deste fundo. Iapurê
139 (SIC) disse que considera um desvio de conduta zerar o saldo orçamentário de um fundo
140 destinando o recurso para outra finalidade sendo que este fundo é criado com fontes de
141 recursos distintas da fonte zero/zero e que está surpreso em ver que as atribuições do
142 Naturatins estão sendo custeadas pelo fundo, ou seja, a fonte zero/zero está custeando
143 folha de pagamento e despesas e que lhe parece que isso não é a finalidade do fundo.
144 Iapurê sugeriu chamar o Naturatins para revisar seu PPA e que estas ações do Naturatins
145 custeadas pelo fundo estão equivocadas. Presidente Clemente Barros disse que a
146 contribuição do conselheiro Iapurê é bastante válida e que é exatamente o ponto aonde
147 se quer chegar: fazer com que a lei seja cumprida. O Secretário Executivo do COEMA
148 disse que a proposta de encaminhamento continua a mesma e que para a lei ser
149 cumprida será preciso desatrelar o custeio do Naturatins do Fundo, e que a parte
150 operacional do Naturatins tem que ser custeada com recurso do Estado e que os recursos
151 dos Fundo é para atividades do mesmo. Ézio disse que não há somente a fonte de
152 recursos duzentos e quarenta, mas sim quatro fontes de recursos e se buscou manter um
153 equilíbrio orçamentário tanto é que nas duas UG's se dividiu as ações prioritárias do
154 Naturatins e as ações que são interessantes em ficar dentro do fundo. O Secretário
155 Executivo disse que é preciso gerir o Fundo com base na lei e por isso fica a solicitação
156 ao Naturatins para que refaça o Plano de Aplicação para ser apresentado na próxima
157 reunião do COEMA. O Secretário Executivo passou para o próximo ponto da pauta
158 referente a três moções, o mesmo dispensou a leitura dos "considerando", pois o
159 material já havia sido enviado anteriormente. Fez-se a leitura da moção número um de

RATO BORG

160 proposta da ONG Onça d'água, que recomenda a revisão de vinculação do Instituto
161 Natureza do Tocantins- Naturatins. Logo em seguida fez-se a leitura da segunda moção
162 que solicita priorização e urgência nos processos de regularização fundiária dos Parques
163 Estadual do Cantão e do Jalapão. Moção número três de propositura do Ministério
164 Público Estadual que recomenda a transformação da Companhia Independente de
165 Polícia Militar Ambiental- CIPAMA em Batalhão Ambiental. Após a leitura foi aberta
166 para discussão. A conselheira Ana Flávia (PGE) fez considerações sobre a moção
167 número dois, de proposta da ONG Onça d'água e diz que a moção deve ser dirigida ao
168 Governador e a Procuradoria Geral do Estado e não às secretarias mencionadas, pois
169 quem cuida da regularização fundiária de parque é a Procuradoria, disse ainda que seria
170 um contra-senso a aprovação da moção de agilidade dos processos do Jalapão, pois o
171 redimensionamento do Parque é uma questão que ainda está sendo discutida e se for
172 alterado a sua extensão provavelmente as áreas que serão desapropriadas irão sofrer
173 alterações e que não se pode ser negligente com a utilização do dinheiro público, pois
174 logo deverá ser prestados esclarecimentos a Secretaria de Recursos Hídricos, pois é
175 quem repassa o dinheiro para Procuradoria e que a maior parte do Parque está sendo
176 questionada como terra quilombola e se é terra quilombola o Estado não poderá
177 desapropriar. E informou que os processos do Cantão já estão bastante avançados e
178 vários processos estão em sentença e que não tem como passar por cima dos
179 procedimentos judiciais e afirmou ser contra a agilidade dos processos de regularização
180 do Cantão e que o Estado está com a proposta de receber áreas em doação sem gastar
181 nada, mas em forma de compensação de reserva legal. E que concorda com a agilidade
182 do redimensionamento do Parque do Jalapão, porém a agilidade da regularização
183 fundiária é questão essencialmente judicial. E solicita aos conselheiros que ao aprovar
184 esta moção prestassem muita atenção, pois poderia ter uma consequência mais grave
185 posteriormente. A representante das ONG Beatriz ressaltou que quando se pensa em
186 agilizar e dar prioridades não está se falando de atropelar procedimentos e que já se
187 passaram doze anos desde a criação do Cantão e nove anos da criação do Jalapão e
188 entende-se que é tempo suficiente para se ter concluído estes processos. E que a
189 proposta da moção é que o Estado tome isto como uma ação de interesse de Estado e
190 que isso seja resolvido e não protelado e interrompido por dificuldades que o Estado
191 enfrenta e essa situação repercute na gestão das Unidades de Conservação, na rotina das
192 pessoas que moram e vivem no entorno e até no interior das unidades, vai interferir no
193 plantio e produção, pois é uma situação muito delicada e que o Estado deve tratar esta
194 questão com muito carinho. Ressaltou que quando se tem oportunidade de solicitar no
195 COEMA que este assunto seja prioridade, seria irresponsabilidade entender que o
196 processo é lento então não vamos defendê-lo. E com relação ao Cantão, a área que falta
197 ser desapropriada é mínima perto da área que já foi regularizada. E a respeito do Jalapão
198 que embora se tenha um processo novo com requerimento da área quilombola foi pago
199 uma consultoria para os estudos de redimensionamentos onde ele aponta outras áreas de
200 interesse contigua ao atual limite do parque e que não conflitaria com a demanda da
201 comunidade que está inserida nesta unidade, então já que a consultoria aconteceu e os
202 processos foram concluídos entende-se que o Estado pode assumir essa redefinição dos
203 limites, independente de se esperar o prazo que outro processo de território quilombola
204 finalize e se for esperar por isso seria um desastre para o Estado não assumir de fato o
205 destino desta Unidade de Conservação, e que esta questão está sendo colocada num
206 contexto onde o Estado do Tocantins tem uma enorme responsabilidade de conservação
207 do cerrado. Então, manter estas unidades sem uma solução, sem poder cumprir o papel
208 de gestão e as comunidades ao mesmo tempo tendo conflitos constantes com os gestores
209 e não podendo tocar a vida normalmente porque estão preocupados se irão ficar ou irão
210 sair, isso não é justo e é considerado uma crueldade. A conselheira diz aos demais
211 conselheiros que não se pode perder esta oportunidade de estar reivindicando um

RST/Bois

212 cuidado maior com essas unidades de conservação até porque estão nesta mesma
213 reunião discutindo a criação de novas unidades de conservação e que isto não pode ser
214 tratado como mais um processo administrativo. Santiago diretor de biodiversidade e
215 áreas protegidas do Naturatins esclarece que este processo esta tramitando hoje no
216 Ministério Público Federal e que existe a Fundação Palmares que já reconheceu o
217 território quilombola. Foram apresentados estudos, realizado e pago pela TNC para o
218 Naturatins, a Fundação Palmares e a SEPI-Secretaria de Reparação e Inclusão social, ao
219 Inkra e ao Ministério Público, foram realizadas reuniões no território quilombola e no
220 MP para esclarecimentos e que todos os estudos encontram-se no Inkra, onde estão
221 contratando antropólogos da UFT e da Fundação Palmares e da SEPI para dar
222 andamento ao processo. Após ser feito uma audiência pública para redimensionamento
223 do parque baseado nos estudos feitos pela TNC, a Fundação Palmares e a SEPI
224 entraram com um processo no Ministério Público Federal solicitando a suspensão da
225 ação de redimensionamento estadual, pois envolve também todo o território quilombola
226 onde esta também uma Estação Ecológica e este processo foi parar na esfera federal por
227 envolver uma unidade de conservação estadual e federal. Marcos Vinicius (ONG) diz
228 que o pedido de urgência na solicitação para resolver os problemas das unidades de
229 conservação não irá atropelar as questões jurídicas que já vem ocorrendo e devido ao
230 protelamento ou a falta de urgência para resolver estes problemas, o Estado já perdeu ou
231 esta perdendo o Parque Nacional do Araguaia devido aos conflitos com as comunidades
232 do entorno e comunidades indígenas. De acordo com SNUC prevê cinco anos e
233 conforme citado anteriormente pela conselheira Angélica Beatriz, quanto tempo isso já
234 vem se desenrolando? Conselheira Ana Flávia(PGE) questiona o que é urgência para
235 processo de regularização fundiária e que prazos devem ser observados? Questiona
236 ainda como se age mais rápido dentro de um processo jurídico quando se depende de
237 outras pessoas? A Procuradoria tem prazos para se manifestar e caso não se manifeste
238 dentro do prazo são responsabilizados por isso. E que não consegue entender qual é a
239 agilidade cobrada, pois o dinheiro é repassado e aplicado e que já houve um avanço
240 muito grande, pois já se tem a emissão provisória na posse de toda área do Cantão assim
241 o Estado está legalmente autorizado a tomar medidas de prevenção e o Jalapão apesar
242 de não ter a emissão provisória da posse e por ser um parque, o Estado tem que
243 proteger, pois é seu dever. Representante das ONG Marcos Vinicius disse que ainda não
244 consegue entender a questão do prazo, pois se já tem recurso, técnicos, estudos e a lei
245 do SNUC dá um prazo de cinco anos para regularização fundiária em unidades de
246 conservação. O Secretario Executivo colocou em votação as moções número um e
247 número três, ambas foram aprovadas. Bruno (MPE) solicitou uma pequena alteração no
248 último considerando da moção número três, retirar a palavra “será”. Antônio Galvão
249 representante do Instituto Jalapão Ecológico disse que o Parque Estadual do Jalapão foi
250 criado de uma forma atabalhoada, pois não houve uma consulta prévia a população, não
251 foi considerada outras comunidades e que o Parque foi criado encima de uma
252 comunidade quilombola e acredita que o redimensionamento do Parque irá causar mais
253 uma dificuldade para os moradores e que se faz necessário primeiro à resolução deste
254 conflito judicial com relação à comunidade quilombola para se pensar em fazer o
255 redimensionamento do parque. O Secretário Executivo Belizário colocou em votação a
256 moção número dois e perguntou se chegaria a um consenso, pois a mesa entende que
257 tem duas proposições uma a favor e uma contra. Conselheira Ana Flávia sugeriu que
258 seja retirada a questão da celeridade dos processos dos dois parques e seja mantido o
259 redimensionamento do parque. Conselheira Angélica Beatriz sugeriu que seja mantida a
260 questão da priorização dos dois processos das Unidades de Conservação e sugere
261 acrescentar ao texto “priorização” o que foi aceito por todos os Conselheiros. Depois de
262 vencido este ponto de pauta passou-se para o próximo item. O Secretário Executivo do
COEMA informou aos demais conselheiros que a Câmara Técnica de Unidades de

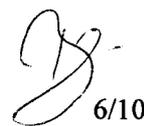
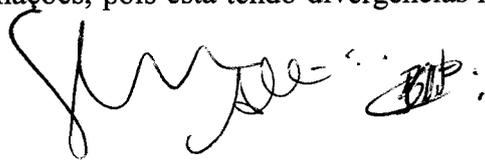


5/10

Tudo bem?



263 Conservação passou os últimos meses levantando as áreas prioritárias para conservação
264 e convidou o coordenador da Câmara Técnica de Unidade de Conservação o engenheiro
265 florestal Ruberval (SRHMA) para apresentar os resultados obtidos. Ruberval iniciou sua
266 apresentação falando do assunto de que trata a Câmara Técnica que é a escolha das
267 áreas prioritárias para criação de Unidades de Conservação de proteção integral dentro
268 do contexto do projeto Cerrado Sustentável do Tocantins, relatou que o Estado fez um
269 estudo e selecionou dezoito áreas que são prioritárias para Unidades de Conservação.
270 Os elementos norteadores para discutir o processo de escolha das áreas prioritárias a lei
271 do SNUC e SEUC, o estudo feito em dois mil e quatro onde são indicadas as áreas de
272 prioridade, o Programa Estadual de Biodiversidade e o Programa Estadual de Áreas
273 Protegidas. Ruberval citou quatro critérios que foram analisados para as escolhas destas
274 áreas. Os critérios são a importância ecológica, graus de ameaças, infra-estrutura
275 disponível e extensão da área. As áreas prioritárias selecionadas foram: Interflúvio
276 Tocantins e Paranã, Serra da Cangalha, Vale do rio Palmeiras e região Norte. Secretário
277 Executivo colocou em discussão a proposta. O conselheiro Roberto Saium pediu mais
278 detalhes sobre a área prioritária "Vale do rio Palmeiras" e questionou Ruberval como se
279 criar uma Unidade de Conservação onde já existem sete PCH's? Informou que a
280 Secretaria de Agricultura tem um projeto de piscicultura colocado dentro daquele vale
281 para melhorar o IDH, do PIB e outras questões ambientais e por que o interesse em
282 transformar aquela região em UC, pois lá se tem a maior fazenda produtiva daquela
283 região e que a Serra Branca em Arraias e outras áreas têm mais aptidão para serem de
284 conservação, por que foi escolher uma região onde está em franca produção, grandes
285 propriedades e essas sete hidrelétricas produzindo energia para o Brasil afora? O
286 presidente do COEMA informou que nesta região há um estudo de viabilidade no rio
287 Palmeira para estar implantando um projeto de irrigação. Ruberval informou que foi
288 tomado por base o estudo de dois mil e quatro e que nesta época não existia essa
289 quantidade de PCH's. Serão realizadas consultas públicas onde a comunidade que irá
290 dizer se irá ou não querer uma unidade de conservação. Ruberval informou que o Vale
291 do rio Palmeiras foi selecionado porque é a última área remanescente de matas secas do
292 estado e da região nordeste do estado de Goiás. Paulinho (ATM) sugeriu que os
293 municípios fossem ouvidos numa proporção muito maior e principalmente nas áreas já
294 definidas. Conselheira Angélica Beatriz reafirma que a escolha desta região é devida a
295 conservação do ecossistema que praticamente se extinguiu no estado de Goiás e que só
296 tem representação em Goiás e no Tocantins que é este ecossistema de mata seca no
297 cerrado. Fica pontuado a importância ecológica do rio Palmeiras e que a conservação
298 não atingiria o rio onde foram instaladas as PCH's. A conselheira sugeriu ao Naturatins
299 a possibilidade de criar um grupo específico ou uma comissão que se prepare para
300 realizar essas consultas públicas para que o estado não incorra no mesmo erro de não
301 contemplar todos os interessados no processo de criação das unidades. Bruno
302 representante do MPE diz que é preciso quebrar esses paradigmas de que as unidades de
303 conservação são totalmente ruins, tem municípios que estão estagnados
304 economicamente e que de repente uma UC pode vir a favorecer o desenvolvimento
305 desta região e nem sempre uma atividade de monocultura irá trazer benefícios para
306 aquela comunidade local e de repente pode uma UC. É preciso trabalhar num contexto
307 de produção sustentável para todos. E ratificou a fala da conselheira Angélica Beatriz
308 quando esta sugeriu ao Naturatins a criação de um grupo ou comissão para realizar as
309 consultas públicas. Santiago Diretor de Biodiversidade e Áreas Protegidas do Naturatins
310 esclarece que desde o ano passado foi estabelecido pelo Ministro do Meio Ambiente
311 que fossem criadas áreas protegidas porque o cerrado seria considerado de patrimônio
312 nacional. Foi estabelecido um mapa do próprio ministério aonde tinha algumas áreas
prioritárias para conservação ambiental. O conselheiro Roberto Saium pediu para
nívelar as informações, pois está tendo divergências nos dados, e que de acordo com o



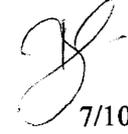
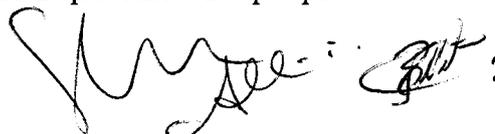
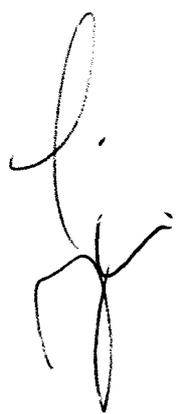
6/10

RSR Boas



313 repassado a ele das discussões feitas na Câmara Técnica, Campos Lindos seria o ponto
314 mais alto do Tocantins e que seria até simbólico, pois tem 1.248 m de altitude e depois
315 aparece o Vale do Rio Palmeiras. Então pergunta qual é a base para trabalhar? E diz que
316 o Naturatins é um órgão executor de políticas públicas tem que parar de querer legislar,
317 executar, judicial e ainda policiar. O representante Fonseca (ONG) diz que precisamos
318 avançar na expansão da preservação das Unidades de Conservação capitalismo x meio
319 ambiente, e meio ambiente tem que vencer pelo equilíbrio ecológico. A Conselheira
320 Lúcia Leiko (SEINF) diz que não se sente bem esclarecida para votar e sugere uma
321 apresentação mais detalhada das regiões eleitas prioritárias, pois isso tem custo e reflexo
322 na sociedade. Informo que a SEINF tem recursos para criar uma UC federal em região
323 de Mata Seca, por causa da BR 242 e pergunta se isso foi informado pela representante
324 do ICMBIO e se foi considerada essa Unidade. Santiago (Naturatins) diz que gostaria de
325 esclarecer que quem teve a iniciativa foi o Ministério do Meio Ambiente, que queria
326 conservar uma área do cerrado, mas que o Secretário da época Fábio Lélis, passou a
327 ação para o Naturatins negociar com o MMA baseado nos estudos da SEPLAN.
328 Ruberval (SRHMA) informa que a área do Rio Palmeiras não está contemplada na
329 versão do ATLAS de 2004, somente na de 2008. Diz ainda que a CT se baseou nos
330 estudos do PROBIO, pede desculpas por não ter feito uma apresentação mais detalhada
331 e informa que a metodologia utilizada foi que cada instituição representada na Câmara
332 Técnica apresentaria até três áreas que considerava importante. ONG e SRHMA
333 apresentou Interflúvio e rio Palmeiras, o Naturatins Serra da Cangalha, a SEPLAN
334 apresentou 6 áreas na região norte e a Aduar apresentou algumas áreas da região
335 sudeste, que tem alguns atributos, como cavernas, quenios, e uma forma de preservar
336 esses atrativos seria criar RPPN's. Corombert (SEAGRO) não apresentou nenhuma
337 área, mas fez sua defesa da necessidade de mudar o foco das Unidades de Conservações
338 para a criação de RPPN'S, e O Estado criar mecanismos que fomentem a criação de
339 RPPN'S e as torne viáveis como fonte de receitas para os proprietários. Corombert Leão
340 (SEAGRO) diz que na primeira reunião da Câmara Técnica questionou se essa CT
341 estaria dizendo que seria criada uma UC ou estaríamos repassando ao Conselho
342 informações pertinentes à Unidade de criação, principalmente em relação ao GEF, e me
343 foi informado a câmara que é um estudo de caso. Onde dentro das prioridades, existe
344 uma prioridade maior, e o grande fator de tomar a decisão é o financeiro. Os recursos
345 existentes para os próximos 2, 3 ou 4 anos esteja garantido somente da Serra da
346 Cangalha. A questão da sustentabilidade, e da utilização das áreas que foram estudadas
347 pela Biodiversidade, dos estudos apresentados pelo Ruberval, algumas dessas áreas não
348 existe mais na sua totalidade, mas nos valores, nos números colocados nos estudos de
349 2004. Por exemplo, o Interflúvio 40% da área já foi desmatada. O que norteou a tomada
350 de decisão, foi colocar o prioritário do prioritário, no caso a Serra da Cangalha, que já
351 está mais adiantado, a decisão de todos os outros não será do conselho, o conselho
352 somente estará sugerindo estas como prioritárias, e a comunidade que vai decidir se vai
353 ser criada ou não. Beatriz (ONG) diz que realmente seria interessante dentre dos
354 critérios trabalhados, mostrar as características de cada UC, para que a plenária pudesse
355 visualizar melhor. De uma forma geral elas estão representadas por ecossistemas, com
356 características de mata seca, e espécies ameaçadas de extinção, que fez com que o grupo
357 chegasse a essa sugestão. A Serra da Cangalha já está com o processo avançado, e
358 inclusive já começaram as consultas públicas. Extensão e categoria de manejo são itens
359 que são discutidos em consultas públicas, se o plenário entender que há essa
360 necessidade, sugeriria que trouxéssemos esses detalhes das áreas que foram indicadas.
361 A idéia é que dentro do processo que se espera da nova fase de implantação da Unidade
362 de Conservação, que os demais itens realmente sejam um contexto da consulta pública.
363 Tem que ser um processo que envolva instituições, municípios e pessoas envolvidas,
364 para realmente verificar que extensão que pode ser criada em cada uma dessas áreas,

Ribeiro Borges



365 que limites serão esses e qual a sua categoria. O Secretário Executivo Belizário ressaltava
366 que o papel do conselho no processo de criação, é apenas de sugerir. A criação de uma
367 UC compete ao chefe do poder executivo; por operato dele ou encaminhar para a
368 Assembléia Legislativa, pode tanto ser criada por decreto, como por lei. Depois de
369 aceito pelo chefe do poder executivo entraria as etapas subseqüentes. Dois pontos foram
370 ressaltados em relação à criação da Unidade de Conservação, primeiramente que tudo
371 deve ser criado com bastante critério, porque antes da lei no estado as primeiras
372 unidades de conservação foram criadas basicamente em um tamanho desnecessário. O
373 segundo ponto é que devemos criar unidades de conservação para evitar a ação direta do
374 Governo Federal no território tocantinense. Deve se levar em consideração critérios,
375 principalmente o critério de sustentabilidade dos municípios. Bruno (MPE) diz que está
376 de acordo com a preocupação do Conselheiro Roberto Sahium, ou seja, pertinente saber
377 qual base vai ser utilizada para orientar os trabalhos. Diante deste questionamento,
378 sugeriu a Câmara Técnica a criação ou vinculação de uma Secretaria de Cartografia
379 dentro do estado do Tocantins, com objetivo de coordenar os trabalhos cartográficos
380 feitos pelo estado. Existe a diretoria de Zoneamento Ecológico e Econômico que
381 desempenha este papel, justamente para saber qual é a base que vai ser utilizada,
382 principalmente para quem vai fazer pericia ou relatório voltado para as promotorias é
383 preciso citar a fonte de dados que esta sendo utilizada, e qual a validade e confiabilidade
384 desta base. É interessante o estado ter alguma entidade que coordenasse essas ações
385 dentro do PPA. O Secretário Executivo Belizário diz que o entendimento da mesa é que
386 devido à questão total de recursos se dê início pela Serra da Cangalha. Beatriz (ONG)
387 corrobora a solicitação da Conselheira Lúcia Leiko, quanto uma apresentação detalhada
388 da qualificação das áreas que forem indicadas. Belizário diz quem concorda e sugere
389 que tragam mapas para que os conselheiros visualizem a área. O Conselheiro Roberto
390 Sahium (SEAGRO) diz que quanto à criação de Unidades de Conservação deve se ter
391 um parâmetro para poder orientar os empresários, ou seja, por quais estudos iremos nos
392 orientar? O Presidente informa que esta é a última Reunião Ordinária deste ano, e
393 teremos uma em dezembro extraordinária, agradece a presença de todos e diz que a
394 reunião foi bastante proveitosa. Desta forma, a ata uma vez aprovada pelo plenário do
395 COEMA, será assinada por mim, Belizário Franco Neto, Secretário-Executivo, pelo
396 Presidente do COEMA e pelos demais conselheiros.

Clemente Barros Neto
Presidente

Belizário Franco Neto
Secretário Executivo

Stalin Beze Bucar
Presidente do Naturatins

David Siffert Torres
Secretaria do Planejamento


Rodrigo Sabino Teixeira Borges
Secretaria do Planejamento

Gisele Franco Neves
Secretaria de Ciência e Tecnologia

Carmelita Cripriano de Sousa Araújo
Secretaria de Ciência e Tecnologia

Maria Teresa Barbosa Soares
Secretaria da Educação e Cultura

Elvira Noredina Gemelli Herberts
Secretaria da Educação e Cultura

Iapurê Olsen
Secretaria de Indústria e Comércio

Félix Bezerra
Secretaria de Indústria e Comércio

Ricardo de Souza Fava
Secretaria de Infraestrutura

Lúcia Leiko Tacaoca Muraishi Garcia
Secretaria de Infraestrutura

Antônio Maranhães
Agência de Desenvolvimento Turístico

Alan Moraes de Paula
Agência de Desenvolvimento Turístico

Sérgio Luís de Oliveira e Silva
Secretaria da Saúde

Marcus Roberto Ferreira Couto
Secretaria da Saúde

Roberto Jorge Sahium
Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Corombei Leão de Oliveira
Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Haroldo Carneiro Rastoldo
Procuradoria-Geral do Estado

Ana Flávia Ferreira Cavalcante
Procuradoria-Geral do Estado

José Maria da Silva Júnior
Ministério Público Estadual

Breno Machado Carneiro
Ministério Público Estadual

João Paulo Ribeiro Filho
ATM

Neila Pereira dos Santos
ATM

Cel QOPM Marcelo Falcão Soares
Polícia Militar

TC QOPM Rildo Virajone Aquino Parrião
Polícia Militar

Antônio Rodrigues da Silva Neto
Saneatins

Diogo Pedreira Lima
Saneatins

Deputado **José Viana Póvoa Camêlo**
Assembléia Legislativa

Deputado **Raimundo Ulisses Wilson Sampaio**
Assembléia Legislativa

Joaquim Henrique Montelo Moura
IBAMA

Lenine Barros da Cruz
IBAMA

Roberta Maria Pereira Castro
CREA

Cassius Ferreira Gariglio
CREA

Jair da Costa Oliveira filho
Comunidade Científica

Alexandre Barreto Almeida dos Santos
Comunidade Científica

Evalcy Pereira da Silva
Comunidade Indígena

Paulo André Ixati Oliveira Karajá
Comunidade Indígena

Roberto Magno Martins
FIETO

Jairo Soares Mariano
FIETO

Angélica Beatriz Corrêa Gonçalves
Organizações Não-Governamentais

Marcos Vinício Batista
Organizações Não-Governamentais

Airton Teixeira
FAET


Paulo Sérgio da Rocha
FAET

Raimunda Nonata Nunes Rodrigues
FETAET

Manoel Barbosa Moraes
FETAET

Magda Floripes Ferreira Fernandes
FECOMÉRCIO

Nilva Aparecida Pacheco Bezerra
FECOMÉRCIO

Instituições Ausentes:

NATURATINS

Secretaria do Planejamento

Secretaria de Ciência e Tecnologia

Agência de Desenvolvimento Turístico

Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Assembléia Legislativa

IBAMA

Comunidade Indígena

Federação das Indústrias do Estado do Tocantins - FIETO

Federação da Agricultura do Estado do Tocantins- FAET